

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.105 - PA (2019/0296065-4)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : ADILSON LUIZ SAMAHA DE FARIA E OUTROS
ADVOGADOS : ADILSON LUIZ SAMAHÁ DE FARIA - SP026958
ADONIRAN PAULO TONIN - SP152655
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
PACIENTE : AGRO QUIMICA MARINGA S/A
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso especial impetrado em favor de AGRO QUÍMICA MARINGÁ S/A contra acórdão proferido pela Segunda Turma de Direito Penal do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no julgamento do Recurso em Sentido Estrito n. 0149196-56.2015.8.14.0130.

A sociedade empresária foi denunciada em razão da suposta prática do crime previsto no art. 54, § 2º, incisos I, II, III e V, e § 3º, art. 56, § 1º, incisos I e II, todos da Lei n. 9.605/1998.

Neste *habeas corpus*, os impetrantes buscam o trancamento da ação penal por falta de justa causa para seu exercício, argumentando que não existem provas ou indícios da prática delitiva.

É o relatório. **Decido.**

O remédio jurídico intentado pela defesa é inapropriado para a tutela dos interesses de pessoa jurídica no âmbito do processo penal, já que, nesta hipótese, não há como ser afetado o bem jurídico tutelado por esta ação mandamental, considerando que a pessoa jurídica não titulariza direito de locomoção.

No mesmo sentido:

(...)

CONHECIMENTO DE HABEAS CORPUS IMPETRADO EM FAVOR DE PESSOA JURÍDICA. IMPOSSIBILIDADE. REMÉDIO CONSTITUCIONAL DESTINADO À TUTELA DA

Superior Tribunal de Justiça

LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO. BEM JURÍDICO NÃO TITULARIZADO PELOS ENTES MORAIS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE.

1. Prevalece na doutrina e na jurisprudência o entendimento de que a pessoa jurídica não pode figurar como paciente em habeas corpus, uma vez que o remédio constitucional configura instrumento destinado a tutelar a liberdade de locomoção, bem jurídico não titularizado pelos entes morais.

(...)

3. Recurso desprovido. (RHC 51.488/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, julgado em 14/10/2014, DJe 22/10/2014)

CRIMINAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. CRIME AMBIENTAL. TRANCAMENTO DE INQUÉRITO POLICIAL. WRIT IMPETRADO EM FAVOR DE PESSOA JURÍDICA. IMPOSSIBILIDADE DE FIGURAR COMO PACIENTE. RECURSO DESPROVIDO.

I. Hipótese na qual o recorrente sustenta a ausência de justa causa para a instauração do inquérito policial, pugnando pelo seu trancamento.

II. A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça consolidou-se no sentido de que o habeas corpus não se presta para amparar reclamos de pessoa jurídica, na qualidade de paciente, eis que restrito à liberdade ambulatorial, o que não pode ser atribuído à empresa.

III. Admite-se a empresa como paciente tão somente nos casos de crimes ambientais, desde que pessoas físicas também figurem conjuntamente no pólo passivo da impetração, o que não se infere na presente hipótese (Precedentes).

IV. Recurso ordinário desprovido, nos termos do voto do Relator. (RHC 28.811/SP, Rel. Ministro GILSON DIPP, Quinta Turma, julgado em 2/12/2010, DJe 13/12/2010)

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro** liminarmente o presente *habeas corpus*.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

